

## Reconhecidas, mas silenciadas: as pessoas com deficiência representadas nas notícias do Portal G1

*Recognized, but silenced: people with disabilities represented in the news of the Portal G1*

*Reconocidas, pero silenciadas: representaciones de las personas con discapacidad en las noticias del Portal G1*

Thais Araújo de Freitas<sup>1</sup>  
Terezinha Silva<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo toma como objeto de estudo a relação entre jornalismo e a construção de representações sobre as pessoas com deficiência. Busca-se identificar se e como tais representações incorporam novos entendimentos sobre a deficiência e sobre o lugar-cidadão dessas pessoas. A partir de discussão sobre representações sociais (Moscovici, 2015), construiu-se um modelo com três dimensões analíticas: 1) *temas* aos quais as pessoas com deficiência são associadas; 2) *atores em destaque* nos relatos; 3) *representações*. A análise do *corpus*, composto por 373 notícias publicadas pelo Portal G1, evidenciou que as pessoas com deficiência são reconhecidas como depositárias de direitos, representadas sobretudo como vítimas de violações desses direitos, mas silenciadas de duas formas: por exclusão ou por tutela.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Representações; Cidadania; Pessoas com Deficiência; Portal G1.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC (PPGJor/UFSC), com bolsa Fapesc. E-mail: [thata.a.freitas@gmail.com](mailto:thata.a.freitas@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4993-5897>

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Université Paris Nanterre (cotutela de tese). Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC (PPGJor/UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: [terezinhasilva@yahoo.com](mailto:terezinhasilva@yahoo.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7427-9364>.



## Abstract

The article takes as its object of study the relationship between journalism and the construction of representations about people with disabilities. It seeks to identify if and how such representations incorporate new understandings about disability and about the place-citizen of these people. Based on the discussion about social representations (Moscovici, 2015), we built a model with three analytical dimensions: 1) themes to which people with disabilities are associated; 2) actors highlighted in the reports; 3) representations. The analysis of the corpus, composed of 373 news items published by the Portal G1, showed that people with disabilities are recognized as depositors of rights, represented mainly as victims of violations of these rights, but silenced in two ways: by exclusion or by guardianship.

**Keywords:** Journalism; Representations; Citizenship; People with Disabilities; Website G1.

## Resumen

El artículo toma como objeto de estudio la relación entre el periodismo y la construcción de representaciones sobre las personas con discapacidad. Buscamos identificar si y cómo estas representaciones incorporan nuevas comprensiones sobre la discapacidad y sobre el lugar-ciudadano de estas personas en la sociedad. A partir de la discusión sobre las representaciones sociales (Moscovici, 2015), construimos un modelo con tres dimensiones analíticas: 1) temas a los que se asocian las personas con discapacidad; 2) actores destacados en las noticias; 3) representaciones. El análisis del corpus, compuesto por 373 noticias publicadas por el Portal G1, mostró que las personas con discapacidad son reconocidas como depositarias de derechos, representadas principalmente como víctimas de violaciones de estos derechos, pero silenciadas de dos maneras: por exclusión o por tutela.

**Palabras clave:** Periodismo; Representaciones; Ciudadanía; Personas con discapacidad; Portal G1.

---

## Introdução

Nos anos recentes, torna-se ainda mais incisiva, por parte de sujeitos e grupos sociais historicamente mantidos em situação de vulnerabilidade, a cobrança, dirigida a diferentes atores e instituições sociais, para que seus direitos sejam plenamente reconhecidos. Com mais presença e visibilidade nas mídias, sobretudo por conta da expansão das redes sociais digitais, a atuação desses grupos sociais, como o das pessoas com deficiência, que tratamos no presente artigo, tem tensionado a cobertura jornalística tradicional e hegemônica, demandando-lhes também a possibilidade de participar no debate público dos temas que lhes afetam, de construir outras



representações de si e de suas experiências, e de amplificar a comunicação de suas demandas por direitos para públicos mais amplos.

Não é de hoje, certamente, que as pessoas com deficiência atuam para que seus direitos sejam reconhecidos e que formas estereotipadas de representá-las sejam definitivamente superadas. O reconhecimento da cidadania das pessoas com deficiência e sua inclusão nos diversos contextos da vida social têm sido reivindicados por esse grupo social nas últimas décadas, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1970, depois de o Brasil viver anos de autoritarismo, censura e tortura sob a ditadura militar, instaurada pelo golpe de 1964. Nesse período, como mostra a socióloga Maria da Glória Gohn (1995, p. 113-125), diversos setores da sociedade brasileira se mobilizaram por direitos e contra a discriminação, no bojo das lutas pela redemocratização do país. A mobilização conquistou contornos legais mais concretos com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006. Promulgado no Brasil em 2009, com o status de emenda constitucional, o documento reconhece os direitos fundamentais desses cidadãos.

Ressaltamos, antes de prosseguir, que adotamos a expressão “pessoa com deficiência” neste trabalho em consonância com o definido pela própria Convenção. Conforme Ana Maria Morales Crespo (2009, p. 46-47) ressalta, desde 2000, portanto mesmo antes da Convenção da ONU, organizações de pessoas com deficiência, reunidas num encontro em Recife, passaram a recomendar o uso da expressão pessoa com deficiência, esperando transmitir a mensagem de que as duas condições convivem simultaneamente. Ou seja, pessoas com tal condição são antes de tudo pessoas e, além disso, têm alguma deficiência.

Destacamos, ainda, outro importante marco legal no ordenamento jurídico brasileiro, com base no tratado da ONU: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que depois de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada em 6 de julho de 2015 (2015). Resultante de uma construção coletiva, ela trouxe avanços fundamentais, como a proibição de atos discriminatórios, entre eles a cobrança de mensalidade mais cara para alunos com deficiência no ensino privado.

A trajetória de lutas por reconhecimento e direitos por parte das pessoas com deficiência e/ou de suas entidades representativas inclui também uma luta por mudanças na forma como a deficiência é entendida pela sociedade e como as pessoas



com deficiência são representadas em diferentes espaços da vida social, tais como no campo da produção midiática e jornalística. Considerando que o jornalismo, enquanto prática comunicativa institucionalizada (Silva; França, 2017), tem papel relevante na (re)construção de representações acerca de acontecimentos, sujeitos e grupos sociais, buscamos identificar de que forma relatos jornalísticos representam esse grupo de cidadãos e cidadãs. Neste estudo, que sistematiza resultados de uma pesquisa mais ampla, analisamos as representações sociais das pessoas com deficiência em 373 notícias publicadas pelo portal *G1* no ano de 2019. A análise feita a partir do conceito de representações sociais (Moscovici, 2015) buscou compreender se e como os textos jornalísticos incorporam os novos entendimentos sobre a deficiência, potencializando a construção de representações que evidenciam o lugar-cidadão dessas pessoas na sociedade e o tipo de ações e políticas públicas que elas demandam.

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, discutimos a relação do jornalismo com a construção de representações, entendendo que ela é fundamental para pensar a visibilidade de grupos sociais ou pessoas em situação de vulnerabilidade e o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Além disso, discutimos o modo como a deficiência foi historicamente concebida, mostrando a emergência de uma concepção não capacitista e fundada em direitos humanos, que surge do movimento de lutas por cidadania das pessoas com deficiência no recente período da democracia brasileira. Na segunda seção, expomos a metodologia, o processo de escolha do objeto empírico e a constituição do *corpus*. O modelo analítico construído a partir do conceito de representações sociais (Moscovici, 2015) destaca três dimensões: 1) os temas aos quais as pessoas com deficiência são associadas; 2) os atores em destaque; 3) as representações construídas. Na terceira seção, apresentamos a análise com a discussão dos resultados, entre os quais destaca-se a representação das pessoas com deficiência como vítimas de violações de direitos relacionadas ao mercado de trabalho, transporte e educação. Por fim, apresentamos as nossas conclusões.

### **Jornalismo, representações e cidadania**

Partimos do entendimento de que o Jornalismo é uma prática comunicativa que produz e faz circular sentidos e representações acerca do mundo, em um processo que ocorre em profundo diálogo com a sociedade na qual ele é produzido, sobre a qual ele fala e com a qual ele permanentemente interage (Silva; França, 2017). Como o



Jornalismo é uma atividade fundamental de produção simbólica nas sociedades modernas, importa refletir sobre o papel que ele desempenha no processo social de (re)construção de representações de sujeitos e grupos sociais, especialmente aqueles historicamente invisibilizados, como as pessoas com deficiência. Entendemos que o modo como o jornalismo informa e constrói representações sobre esses sujeitos e suas práticas condiciona a maneira como eles são vistos e reconhecidos (ou não) enquanto cidadãos e sujeitos de direitos.

Um dos pioneiros na reflexão acadêmica sobre a imprensa, Robert Park destacou o modo como as notícias nos disponibilizam o “presente precioso” (Park, 2008, p. 60), desempenhando a função de orientar as pessoas no mundo onde estão inseridas. Em sentido semelhante, Lorenzo Gomis (1991) afirma que “graças à mídia, vivemos no mundo e sabemos um pouco o que está acontecendo em todos os lugares” (Gomis, 1991, p. 14, tradução livre). O jornalismo e os relatos que coloca em circulação diariamente são, portanto, um dos meios pelos quais as pessoas são informadas e atualizadas sobre os mais diversos assuntos, são colocadas em relação com outras pessoas e realidades, em uma produção que é permeada por sentidos, na medida em que não apenas reproduz uma dada realidade, mas influencia os modos de percebê-la, interpretá-la, representá-la.

Tal concepção se opõe, certamente, à ideia de que a produção jornalística é um simples “espelho” de uma realidade que lhe seria externa. A realidade da vida cotidiana, como defendem Peter Berger e Thomas Luckmann (2004, p. 35), é construída por meio das ações de interpretação e de atribuição de sentidos pelos indivíduos e grupos sociais ao mundo onde vivem. É importante ressaltar que o Jornalismo e seus agentes (jornalistas, mídias) não são os únicos atores implicados neste processo de constituição social e simbólica do que acontece no mundo. Tal perspectiva minimiza a ação e a intervenção de outros sujeitos e instituições, reduzindo a importância desses outros atores e outras mediações na construção da realidade, que se dá de forma partilhada, através de práticas e sentidos socialmente definidos, regulados e compartilhados de forma intersubjetiva (França, 2012; Silva, 2018).

Entendemos que a produção simbólica do jornalismo é uma das instâncias por onde circulam os sentidos partilhados socialmente. No entanto, no processo de produzir e colocar em circulação as interpretações sobre temas, acontecimentos e ações dos sujeitos no mundo, os agentes jornalísticos desempenham um papel ambíguo. Eles



tanto dão visibilidade para as práticas, interpretações e demandas de diferentes atores e segmentos sociais quanto dificultam o acesso ou relegam outros à invisibilidade (Silva, 2018). Desse modo, consideramos relevante refletir sobre a participação do jornalismo na produção de sentidos e representações que circulam na sociedade sobre as pessoas com deficiência.

Em sua teoria das representações sociais, Serge Moscovici (2015) identifica dois mecanismos – diferentes, porém interligados – por meio dos quais as representações são produzidas: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem corresponde ao esforço de inserir objetos ou pessoas em um determinado sistema particular de categoria, em um contexto familiar; de interpretá-los conforme conhecimentos previamente assimilados de modo a torná-los compreensíveis. Já a objetivação é responsável por materializar uma abstração, unindo a ideia de não familiaridade com a de realidade. Por meio da objetivação, os indivíduos procuram descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzindo um conceito em uma imagem (Moscovici, 2015, p. 60-78). Uma vez criadas, no decurso da comunicação, as representações “adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (Moscovici, 2015, p. 41).

Moscovici explica que as representações sociais possuem duas funções: orientação e comunicação. Ou seja, elas servem para localizar os objetos, pessoas ou acontecimentos em uma determinada categoria partilhada por um grupo de pessoas e permite que esses indivíduos se comuniquem usando referenciais comuns e compreensíveis. Quando surgem novos elementos, eles são ajustados aos modelos e categorias já conhecidos, mesmo que não se encaixem exatamente neles, para garantir que sejam compreendidos (Moscovici, 2015, p. 34). Assim, na concepção do autor, as representações sociais são um sistema de valores, ideias e práticas que tem a dupla função de colaborar para a orientação dos sujeitos no mundo e de permitir que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, tendo em vista que lhes fornece um código para nomear e classificar o seu mundo, sua história individual e social (Moscovici, 1976: xiii, apud Duveen, 2015, p. 21).

Importante ainda destacar o salientado também por Vera França (2004, p. 23), para quem é no processo comunicativo que as representações são elaboradas, reforçadas ou atualizadas. Desse modo, para compreender as representações que



circulam na sociedade e a forma como elas são apropriadas pelos sujeitos na vida cotidiana é fundamental considerar “a profunda reflexividade que marca o lugar social da mídia”, em razão de seu contexto relacional específico (França, 2004, p. 25). Em sentido semelhante, Priscila Dionizio (2013) enfatiza que, por serem espaços de encontro, partilha e negociação de valores e afetos, as práticas comunicativas – entre elas as narrativas do jornalismo – “também participam do lento processo de sedimentação e cristalização de sentidos, tecendo discursos e representações que orientam o curso da vida em sociedade” (Dionizio, 2013, p. 17). Tais práticas ocupam lugar privilegiado de “trocas simbólicas e compartilhamento de sentidos na sociedade contemporânea” (Dionizio, 2013, p. 1) e, portanto, de elaboração e transformação permanente de representações sociais.

A partir dessa mesma perspectiva, Elton Antunes e Eliziane Lara (2013, p. 192) afirmam que as representações sociais estabelecem uma relação de recursividade com a comunicação. Por um lado, a comunicação ocupa um papel central na elaboração e no compartilhamento das representações sociais, ao favorecer as interações entre as pessoas. Por outro, as representações sociais viabilizam a comunicação, pois “possibilitam o entendimento, a troca simbólica, ao mediar os sentidos construídos acerca das pessoas e dos objetos” (Antunes; Lara, 2013, p. 193). Assim, o jornalismo, enquanto prática comunicativa institucionalizada (Silva; França, 2017, p. 2), tem papel central na criação, recriação, no reforço e/ou na atualização das representações. Tais processos ocorrem sustentados em “mapas culturais” (Hall *et al.*, 1993, p. 226) e valores sociais vigentes e compartilhados por jornalistas, mídias e sociedade (Silva; França, 2017, p. 10).

Se as mídias jornalísticas são instâncias de produção e de circulação de representações acerca de acontecimentos, sujeitos e grupos sociais, acreditamos que as formas como os representam têm relação com a efetivação de direitos dos integrantes desses grupos e com o próprio exercício da cidadania. Importa lembrar que o jornalismo é uma atividade que fundamenta historicamente a sua relevância enquanto instituição social sobre o valor do interesse público e da defesa da cidadania (Gomes, 2009; Silva; França, 2017). Embora tais elementos já não sejam suficientes para fundamentar toda a atividade jornalística contemporânea (Gomes, 2009, p. 80), ela mantém sua relevância na produção e oferta de informações sobre a atualidade e parte dessas informações é, de fato, importante para orientar o



cidadão sobre o que acontece e para a tomada de decisões políticas.

Importante destacar também que compreendemos cidadania a partir de autores como André Botelho e Lilia Schwarcz (2012), para quem a história do conceito não segue uma linha reta, mas se processa “combinando mudanças e persistências, criatividade e reposição de problemas, desafios e lutas, modernidade com atraso, inclusão com exclusão” (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 15). Eles ressaltam que, se até meados do século XX prevaleceram lutas por diferentes direitos individuais, a partir dos anos 1970 novos direitos coletivos passaram a conviver na agenda da cidadania democrática. Como eles apontam, “as dramáticas experiências de migrações em massa, conflitos étnicos, novas tribalizações, emergência de novas culturas da diferença e da alteridade” (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 22) contribuíram para a reconfiguração do conceito de cidadania em relação às questões de pertença e de identidades de vocação coletiva na contemporaneidade. Assim, a cidadania vai se transformando, como os autores afirmam, numa escolha moral e não apenas num status legal.

Em consonância, Evelina Dagnino (2004) defende que a concepção de cidadania que orientou práticas políticas de movimentos sociais e as mudanças institucionais estabelecidas pela Constituição de 1988 representam uma reforma moral e intelectual. Importante ressaltar que nossa Constituição incorporou as concepções de direitos humanos estabelecidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, adotada no pós-guerra em resposta às atrocidades e horrores cometidos pelo nazismo. As mudanças estabelecidas, portanto, por esses documentos representam um processo de construção de novas relações sociais, que implicam a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos, mas também o aprendizado da sociedade sobre a necessidade de viver em termos diferentes. Ou seja, num contexto em que “esses cidadãos emergentes se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles” (Dagnino, 2004, p. 105).

Destacamos, antes de prosseguir, que, de acordo com Piovesan (2012, p. 46), a trajetória das pessoas com deficiência ao longo da História pode ser dividida em quatro fases distintas: a primeira, marcada pela intolerância, quando a deficiência era entendida como impureza, resultado de pecado, maldição ou castigo divino; a segunda, pela invisibilidade; a terceira fase se deu sob uma ótica assistencialista, sustentada em um perspectiva médica e biologizante, segundo a qual a deficiência





era entendida como uma doença a ser curada; e a quarta fase orienta-se pelo paradigma dos direitos humanos, orientada pela afirmação da dignidade e pela prevenção ao sofrimento humano, cuja ênfase se dá na relação entre a pessoa com deficiência e o meio em que ela se insere (Piovesan, 2012, p. 46)

Já Silva (2009), ao remontar os diferentes entendimentos acerca da deficiência ao longo da História, identifica o seguinte percurso: da exclusão à segregação, à integração e, nos tempos atuais, à inclusão. Sobre a fase da exclusão, a professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ressalta que, para os egípcios, a deficiência era divinizada; para os gregos e para os romanos, pressagiava males futuros, o que os levava a abandonar ou atirar de penhascos crianças com deficiência; já na Idade Média, a deficiência era entendida como resultante de forças demoníacas gerando perseguições, julgamentos e execuções de quem tinha essa condição. Ela destaca que foi nos tempos medievais que surgiram as primeiras atitudes de caridade voltadas às pessoas com deficiência, em razão da piedade de alguns nobres e algumas ordens religiosas, que fundaram hospícios e albergues para acolher pessoas com deficiência e populações marginalizadas. Elas eram, portanto, segregadas e submetidas a condições de degradação, abandono e miséria.

Mais adiante, a autora destaca que, com o desenvolvimento científico e técnico, a deficiência deixou de ser entendida sob a ótica da religião e do misticismo, passando para a ótica da ciência, como um desvio biológico, que requeria reabilitação segundo um padrão estabelecido como norma. Surgem, então, as práticas de integração, baseadas nas ideias de normalização e de reabilitação, segundo as quais a pessoa com deficiência deveria se adequar aos padrões vigentes na sociedade (Silva, 2009, p. 143). Tais ideias exigiam pouco da sociedade, localizando a responsabilidade por alguma participação social exclusivamente sobre as pessoas com deficiência. Por fim, a autora ressalta que as concepções e práticas relativas à inclusão social se desenvolveram e fortaleceram a partir da declaração do ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, pela ONU.

Assim, diante da recusa de permanecerem nos lugares de exclusão, segregação e de subalternidade social e culturalmente estabelecidos para elas, as pessoas com deficiência passaram a reivindicar o reconhecimento da sua cidadania e sua inclusão nos diversos contextos da vida social, sobretudo a partir da segunda metade dos anos



de 1970, no contexto das lutas pela redemocratização do Brasil (Gohn, 1995, p. 113-125). A mobilização protagonizada pelas próprias pessoas com deficiência e/ou suas entidades representativas resultou em importantes avanços legais. É o caso do reconhecimento formal dos seus direitos pela Constituição Federal de 1988, e, posteriormente, da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Aprovada pelas Nações Unidas em 2006 e promulgada no Brasil em 2009, a convenção adota o conceito de deficiência amparado no chamado modelo social. Resumidamente, compreende que a “deficiência não é apenas o que o olhar médico descreve, mas principalmente a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 66).

O modelo social surgiu como contraposição ao modelo que predominava anteriormente, o chamado modelo biomédico da deficiência (Maior, 2017, p. 31). Em linhas gerais, por meio dele, reduz-se o corpo com deficiência a essa condição, devendo os saberes biomédicos reverter ou atenuar o que se considera anormal (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 68). Assim, o modelo biomédico “interpreta a deficiência como incapacidade a ser superada” (Maior, 2015, p. 1).

Conforme Bisol, Pegorini e Valentini (2017), esses dois modelos – o biomédico e o social – representam as perspectivas paradigmáticas (conceito central nas reflexões do físico e filósofo Thomas, como elas ressaltam) que fundamentam as ideias e ações de pesquisadores e profissionais a partir da modernidade. As pesquisadoras apontam, no entanto, que nos últimos anos têm emergido críticas ao modelo social, vislumbradas por elas como uma possível perspectiva, que denominam de “pós-social”.

Antes de se deterem sobre essa possível perspectiva, as autoras lembram que o período em que o modelo médico se fortaleceu foi marcado pela racionalidade médica moderna, que assumiu uma “postura normativa na gestão da existência humana” (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017, p. 90), e pela consolidação do capitalismo, firmando a importância das pessoas como seres ativos, produtivos, aptos para o trabalho. Desse modo, diante dos avanços da medicina e do contexto histórico em que emergiram novas demandas na área da saúde pública em razão do grande número de civis e militares feridos durante as duas grandes guerras mundiais, ganhou força, na primeira metade do século XX, a interpretação da deficiência como tragédia pessoal que poderia ser solucionada ou amenizada mediante tratamento e



programas de reabilitação.

Já na segunda metade do mesmo século XX, em contraposição a esse entendimento e em meio aos movimentos de contracultura, de grupos minoritários que reivindicavam sua própria identidade e seus direitos perante o Estado, que tendia a homogeneizar a realidade social, emergiu e se consolidou o modelo social da deficiência. Como as autoras ressaltam, tal modelo foi constituído por meio de diversas organizações acadêmicas, institucionais e políticas, como a UPIAS (Union of Physically Impaired Against Segregation), que enfatizavam a opressão e a exclusão negligenciadas pelo modelo médico. O modelo social compreende que os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência são resultantes de falhas de uma sociedade construída por e para pessoas sem deficiência, sem considerar pessoas com essa característica.

Elas acrescentam que no final do século XX e início do século XXI, em meio às transformações sociais que configuraram o que muitos autores chamaram de “pós-modernidade”, marcada pela valorização da diversidade e da transversalidade, a deficiência passou a ser compreendida em outros termos: na interface com áreas do saber que não apenas o médico ou o social, que também foi alvo de críticas. Tais críticas, as autoras destacam, recebem diferentes nomenclaturas, como crítica ao modelo social, segunda geração do modelo social, revisão do modelo social e modelo pós-social, como elas defendem. “Nesta nova perspectiva surge também o que alguns autores denominam estudos críticos da deficiência (Critical Disability Studies)” (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017, p. 92).

Entre os principais questionamentos levantados por essas perspectivas, citamos a supervalorização do materialismo histórico, contribuindo para a luta para que as pessoas com deficiência pudessem ter empregos produtivos na dimensão do sistema capitalista, mas deixando um pouco de lado o papel que o corpo com limitações tem na vida e nas experiências das pessoas com deficiência. Outra crítica importante é o apagamento da “dupla desvantagem” (Mello, 2014, p. 27) a que mulheres com deficiência estão submetidas, uma vez que a primeira geração do modelo social foi constituída, em sua maioria, por homens pertencentes à elite, que reproduziam discursos dominantes de gênero e classe (Mello; Nuernberg, 2021, p. 638). Desse modo, “o modelo pós-social propõe uma maneira de olhar para a deficiência que é multidisciplinar, integrada, contextualizada e social”, mantendo o



entendimento da deficiência como uma forma de opressão social, acrescentando-se à discussão da normalidade e da diversidade o componente do corpo e da dor, da interdependência, do cuidado e de quem cuida (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017, p. 95).

A despeito de todas essas discussões, críticas e reflexões que se desenvolvem no âmbito acadêmico e dos movimentos sociais em diferentes países e dos avanços legais que têm sido implementados especificamente no Brasil, ainda são frequentes as violações de direitos desse grupo de cidadãos e cidadãs. Elas ocorrem sob uma lógica de preconceito e discriminação, que é retroalimentada por representações que desconsideram os novos entendimentos acerca da deficiência. Por isso, consideramos relevante olhar para como essas representações são construídas pelo jornalismo e postas em circulação na sociedade.

### **Representações nas notícias do Portal G1**

Para dar conta do objetivo principal de nossa pesquisa – identificar e analisar as representações construídas pelo jornalismo sobre as pessoas com deficiência – recorreremos ao conceito de representações sociais (Moscovici, 2015) como operador teórico-metodológico. Como explicitamos anteriormente, o autor entende as representações como uma forma de conhecimento do senso comum, específica de uma realidade social, construída e compartilhada socialmente, no decorrer das comunicações entre os membros de uma sociedade. Ademais, as representações cumprem duas funções fundamentais: orientar os sujeitos no mundo e tornar a comunicação possível.

Com base nesse conceito, definimos um modelo de análise constituído por três dimensões: 1) *Temas* aos quais as pessoas com deficiência são associadas; 2) *Atores em destaque* e 3) *Representações*. Para realizar a análise a partir da dimensão 1 (*temas*), identificamos o eixo temático principal de cada notícia e as classificamos de acordo com as seguintes categorias: *Direitos; Violência/Investigação; Iniciativa Social; Equipamentos e Tecnologias*, que serão detalhadas posteriormente. Na análise da dimensão 2 (*atores em destaque*), observamos o destaque dado às pessoas com deficiência nos relatos jornalísticos de dois modos: verificando se elas aparecem ou não como sujeitos centrais; e identificando quem são as fontes de informação presentes nas notícias e se as próprias pessoas com deficiência estão entre elas. A



terceira e última dimensão (*representações*) permite observar como elas são nomeadas e classificadas.

As duas primeiras dimensões permitem descrever as matérias jornalísticas e perceber o destaque dado às pessoas com deficiência nos textos. Já a terceira possibilita identificar e interpretar mais diretamente o modo como essas pessoas são representadas nas notícias. Mas é importante salientar que as duas primeiras dimensões já sugerem representações, a partir do modo como as pessoas com deficiência são associadas a certos temas e/ou à forma como elas ganham destaque, são invisibilizadas ou silenciadas nos relatos.

Para esta pesquisa sobre a relação entre jornalismo e a construção de representações acerca de pessoas com deficiência, tomamos como objeto empírico matérias jornalísticas publicadas em 2019 pelo *G1*. Tal escolha foi motivada pelo fato de se tratar do líder nacional entre os portais informativos genuinamente brasileiros, conforme dados da ComScore<sup>3</sup>, divulgados no próprio site do Grupo Globo. Consideramos também o fato de o *G1* oferecer acesso gratuito a todo o seu conteúdo, possibilitando maior alcance de suas publicações nos diversos contextos da sociedade brasileira.

A delimitação temporal na cobertura jornalística de 2019 decorreu do fato de que foi o último ano antes do período da pandemia de Covid 19 (2020-2021), acontecimento que alterou significativamente a agenda temática das mídias jornalísticas, o que modificaria o resultado da coleta, reduzindo consideravelmente o *corpus* da pesquisa. Com a ferramenta de busca do próprio portal, coletou-se notícias com a palavra-chave “deficiência” no título. Optamos por focar a análise especificamente sobre o conteúdo textual das notícias publicadas em 2019, excluindo vídeos e fotos, que requerem uma análise específica de elementos imagéticos que lhes são próprios.

Tais procedimentos levaram à composição de um *corpus* formado por 373 notícias publicadas no portal *G1* em 2019. Sobre este material, aplicamos a grade com as três dimensões de análise antes expostas (*temas, atores em destaque e representações*). Na identificação e análise das representações, buscamos

---

<sup>3</sup> Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e quebra barreira dos 100 milhões de usuários únicos. Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programas/institucional-geral/textos/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-nodigital-e-q/>. Acesso em: 20 dez. 2020.



compreender se e como os textos jornalísticos incorporam os novos entendimentos sobre a deficiência, potencializando a construção de representações sociais que evidenciam o lugar-cidadão dessas pessoas na sociedade e o tipo de ações e políticas públicas que elas demandam.

### **Análise e discussão dos resultados**

A análise do material empírico-discursivo mostrou que as notícias pertencentes ao eixo temático *Direitos* foram as mais frequentes, contabilizando 283 das 373. Nesse eixo estão contidas publicações que tratam de diversas dimensões de direitos das pessoas com deficiência, incluindo cultura, lazer, esportes, emprego, educação etc. Em seguida, apareceram com quantidades bem menores as classificadas no eixo *Violência/Investigação* (68), que inclui textos sobre agressões diversas e acidentes. Em terceiro lugar, em termos quantitativos, estão os textos categorizados como *Iniciativa Social* (14), com relatos sobre ações individuais ou de um grupo com o objetivo de ajudar outras pessoas, de forma voluntária e espontânea. Por fim, estão as notícias relativas a *Equipamentos e Tecnologias* (8), eixo temático que comporta matérias sobre produtos e serviços referentes a novos recursos voltados à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência em diversos aspectos. São questões técnicas e também invenções da sociedade para melhorar as condições de vida de seus cidadãos.

Em relação à visibilidade e protagonismo das pessoas com deficiência nos relatos analisados – observadas a partir da dimensão *atores em destaque* de nosso modelo analítico – verificou-se que elas são centrais em 358 das 373 matérias jornalísticas contabilizadas. No entanto, elas aparecem como fontes em uma minoria de relatos: apenas 40, o que indica um silenciamento dessas pessoas no jornalismo praticado pela mídia analisada.

No eixo *Direitos*, identificamos que as pessoas com deficiência são representadas, sobretudo, como vítimas de violação de direitos. Entre os principais termos citados em referência às situações que as envolvem estão: segregação, preconceito, recusa de matrícula escolar, (falta de) respeito, (falta de) acessibilidade, cotas, violação de direitos, emprego, eliminação em concurso público.

Apesar de os casos de violações se mostrarem frequentes, encontramos poucas matérias problematizando e contextualizando as questões enfrentadas por



esse grupo. Identificamos neste eixo uma alta incidência de notas (relatos curtos) – 139 das 283 unidades totais em *Direitos*. Nestes casos, há um tratamento superficial do tema, sem marcas de trabalho mais elaborado de apuração. São sobretudo notas de divulgação de vagas de emprego e em cursos de qualificação. Sem dúvida, configuram informações relevantes, que devem ser divulgadas para que as pessoas com deficiência tenham maior possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Acreditamos, no entanto, que a inclusão no mercado de trabalho representa uma problemática ampla e complexa, que também envolve aspectos como a necessidade de adaptação dos espaços de trabalho; o tipo de vagas reservadas a esses profissionais; e as possibilidades ou limites impostos à ascensão na carreira.

Citamos, como exemplo em que esses outros aspectos são abordados, uma matéria publicada em 17 de setembro de 2019, com o título “*Menos de 10% dos profissionais com deficiência ocupam cargos de liderança*”. Para o gerente sênior da empresa responsável pelo levantamento, Tábitha Laurino, os dados refletem “uma rasa inclusão, em que a contratação tende a ser feita apenas para o cumprimento da Lei de Cotas”<sup>4</sup>. Desse modo, ele indica uma ação de caráter normativo, que pouco está associada a uma mudança estrutural na sociedade, com vistas à inclusão dessa parcela de trabalhadores e trabalhadoras. Não conhecemos, por meio da matéria, no entanto, a perspectiva das pessoas com deficiência sobre a questão, pois elas não figuram como fonte de informação.

Há exemplos de violação de direitos também na área de educação. Na matéria “*IFS e União são processados para que assistência profissional para alunos com deficiência seja garantida*”<sup>5</sup>, publicada em 9 de abril de 2019, relata-se uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em Sergipe para que o Instituto Federal de Sergipe (IFS) disponibilize imediatamente profissionais para acompanhamento dos estudantes com deficiência nas aulas e atividades letivas. A reportagem limitou-se a buscar fontes oficiais: o Ministério Público, o IFS e a

---

<sup>4</sup> G1. **Menos de 10% dos profissionais com deficiência ocupam cargos de liderança**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/17/menos-de-10percent-dos-profissionaiscom-deficiencia-ocupam-cargos-de-lideranca.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2021.

<sup>5</sup> G1. **IFS e União são processados para que assistência profissional para alunos com deficiência seja garantida**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/04/09/ifs-e-uniao-sao-processados-para-que-assistencia-profissional-para-alunos-com-deficiencia-seja-garantida.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2021.



Advocacia Geral da União. Não houve esforço de contextualizar ou referenciar a questão na legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão, conforme citamos anteriormente.

A análise dos demais eixos revelou tendência relativamente semelhante. Em *Violência/Investigação*, as pessoas com deficiência foram representadas majoritariamente como vítimas de agressões e abusos, principalmente sexuais. Nos poucos casos em que isso se deu de forma inversa, ou seja, em que elas ocupavam lugar de suspeitas, a deficiência foi explorada de forma sensacionalista. É o caso do texto publicado em 11 de julho de 2019 com o título “*Homem com deficiência na perna assalta turistas argentinos, tenta fugir correndo e é detido; veja vídeo*”<sup>6</sup>. Diferentemente do que sugere o título, o texto explica que dois homens foram detidos suspeitos de praticar o assalto, mas apenas o com deficiência mereceu destaque.

No eixo temático *Iniciativa Social*, os principais termos citados são: emoção; dificuldade financeira; gratidão; doação; campanhas; milagre. Identificamos abordagens capacitistas<sup>7</sup> e sensacionalistas, que fragilizam a dimensão cidadã desses indivíduos. É o caso do texto publicado em 6 de fevereiro de 2019, intitulado “*Motorista ajuda deficiente a subir em ônibus e foto faz sucesso na internet*”<sup>8</sup>. A matéria relata o registro feito por uma moradora de Varginha, em Minas Gerais, do momento em que um motorista pega no colo um homem com deficiência física para que ele pudesse entrar em um ônibus da cidade. A mulher postou a foto nas redes sociais em homenagem ao motorista e recebeu centenas de curtidas e de comentários de aprovação. O relato jornalístico é baseado em uma abordagem sensacionalista, que ignora a violação de direitos e a humilhação a que o homem foi submetido. Ressaltamos também o completo silenciamento imposto ao homem com deficiência sobre o ocorrido e acerca da exposição de sua imagem em redes sociais.

Por fim, em *Equipamentos e Tecnologias* os textos se referem a temas como

---

<sup>6</sup> G1. **Homem com deficiência na perna assalta turistas argentinos, tenta fugir correndo e é detido; veja vídeo.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/07/11/homem-com-deficiencia-na-perna-assalta-turistas-argentinos-tenta-fugir-correndo-e-e-detido-veja-video.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2021.

<sup>7</sup> O termo capacitismo define a discriminação em razão da deficiência; refere-se à “capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social” (Mello, 2014, p. 56)

<sup>8</sup> **Motorista ajuda deficiente a subir em ônibus e foto faz sucesso na internet.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2019/02/06/motorista-ajuda-deficiente-a-subir-em-onibus-e-fotofaz-sucesso-na-internet.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2021.





melhoria de comunicação; desenvolvimento de habilidades; inovação tecnológica e inclusão, entre outros. Nas matérias deste eixo, as pessoas com deficiência são representadas sobretudo como atores que podem ter ganhos de qualidade de vida e desenvolver potencialidades por meio de soluções construídas pelos saberes formais. Tal representação nos parece estar em consonância com o modelo social da deficiência, pois reconhece essas pessoas como cidadãos e cidadãs, cujos direitos devem ser efetivados em diferentes dimensões. Notamos, no entanto, que também aqui falta incluir as perspectivas das próprias pessoas com deficiência que, conforme identificamos neste estudo, são submetidas a um processo de silenciamento que opera por *exclusão* ou por *tutela*.

O silenciamento por exclusão ocorre quando a temática da deficiência é abordada sem que as pessoas com essa condição sejam ouvidas pela reportagem. A construção das notícias ignora, desconsidera e exclui por completo a perspectiva das próprias pessoas com deficiência. Notamos, em nossa análise, que tal silenciamento ocorre principalmente quando os relatos jornalísticos reproduzem notas oficiais, divulgadas, por exemplo, por assessorias de imprensa de órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou de empresas privadas. Sem problematização ou contextualização das questões abordadas, compromete-se a compreensão da complexidade dos assuntos e sua relação com as dinâmicas da vida social.

Já no silenciamento por tutela, pessoas próximas, como pais, mães e irmãos, são mobilizadas como fontes para falar pelas pessoas com deficiência. Inferimos, então, que suas falas são tuteladas, na medida em que são substituídas pela fala de alguém considerado mais capaz e competente para expor as opiniões, avaliações e perspectivas em lugar dessas pessoas. Consideramos que, quando isso ocorre, suas subjetividades são apenas tangenciadas, mas não incluídas.

## **Conclusões**

As análises do material empírico mostraram que as pessoas com deficiência são representadas, majoritariamente, como vítimas de violações de direitos relacionados principalmente ao mercado de trabalho, à educação e ao transporte. Isso indica que, apesar de a legislação brasileira ser considerada avançada em relação à garantia de direitos desse grupo social, ela ainda é descumprida com frequência, comprometendo o exercício de sua cidadania. Como exemplo de leis voltadas a essa



temática citamos a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e o Art. 93 da Lei 8.213 (Brasil, 1991), que trata sobre a reserva de vagas (cotas) para pessoas com deficiência em empresas.

Embora tenhamos identificado matérias que abordam e problematizam tais questões, elas ainda são em pequeno número e, em muitos casos, sequer trazem as perspectivas das próprias pessoas com deficiência, que não são acionadas como fontes. Mesmo que, de modo geral, temas a elas relacionados tenham sido pautados pela cobertura jornalística, isso não significa que, de fato, ganharam visibilidade e possibilidade de expressão no espaço público e midiático. Assim, interpretamos que as pessoas com deficiência aparecem predominantemente como depositárias de direitos, mas não como sujeitos de direitos, uma vez que, com frequência, têm suas subjetividades silenciadas.

Consideramos fundamental que os jornalistas estejam atentos a essas questões, afinal, inferimos que os dois tipos de silenciamento representam obstáculos para que as pessoas com deficiência participem ativamente do questionamento e da atualização das representações sociais acerca delas mesmas e de suas práticas sociais. Silenciá-las nos relatos jornalísticos é uma forma de lhes tolher o direito de conhecer, questionar, problematizar e reivindicar aspectos ligados ao exercício e ao fortalecimento de sua cidadania. A incorporação efetiva de suas perspectivas tornaria as matérias jornalísticas não apenas mais ricas, diversas, plurais e críticas. Poderia contribuir também, em grande medida, para suscitar fissuras em representações que nos parecem consolidadas – coitadinhas ou superheróis (Hilgemberg, 2019), incapazes de falar por si mesmas, entre outras – e reelaborar sentidos estereotipados e preconceituosos sobre as pessoas com deficiência, suas potencialidades e experiências sociais. Se os resultados sinalizam que há, mesmo de forma tímida, algum esforço por pautar temas de interesse deste grupo social, pode-se pensar que há campo para a prática de um jornalismo que, ainda hoje, possa se legitimar enquanto instituição social na defesa da cidadania, sendo capaz de denunciar injustiças que marcam o mundo que ele relata, interpreta e ajuda a reelaborar.

É relevante ressaltar também que nosso estudo teve como *locus* de observação apenas uma mídia jornalística da chamada imprensa hegemônica ou empresarial e sua produção de relatos jornalísticos durante um ano – o de 2019. Assim, não



podemos, certamente, fazer generalizações dos nossos achados sobre as representações das pessoas com deficiência nas notícias do Portal G1 para a produção jornalística em geral e o modo como representa esse segmento social. No entanto, acreditamos que o presente trabalho traz contribuições importantes para o avanço do conhecimento na área, ao radiografar a cobertura de uma mídia hegemônica de abrangência nacional e as representações que constrói sobre as pessoas com deficiência, pouco atenta ainda às novas formas de conceber a deficiência, de tratar esse grupo social e suas demandas por direitos.

Em futuras pesquisas, pode-se investigar as representações das pessoas com deficiência em outras mídias e distintos recortes temporais, tomando inclusive o modelo analítico aqui utilizado como ponto de partida para uma pesquisa comparativa. Pode-se também investigar a temática na cobertura das chamadas mídias alternativas, buscando apreender se e de que forma elas constroem outros tipos de representações, eventualmente mais sensíveis aos novos entendimentos da deficiência a partir de uma perspectiva do reconhecimento integral de seus direitos, inclusive o se expressar, participar do debate público sobre temas que lhes concerne, e se autorrepresentar em uma sociedade democrática.

---

## Referências

ANTUNES, E; LARA, E. **A própria mãe**: jogos de luz e sombra em um caso de cobertura jornalística de violência contra crianças. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, ano 10, v. 10, n. 27, p. 182- 209, mar 2013.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 35-68.

BISOL, C. A.; PEGORINI, N. N.; VALENTINI, C. B. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, v. 24, n. 1, p. 87–100, 24 Mai 2017.

Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804>.

Acesso em: 13 out 2024.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Cidadania e Direitos: Aproximações e Relações. In: Botelho, A. Schwarcz, L. M. (Org.) **Cidadania, um projeto em construção** - minorias, justiça e direitos. 1a edição, São Paulo, Claro Enigma, 2012. p. 06-27.

BRASIL. [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas]. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional



sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através da história de vida de seus líderes**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28052010-134630/publico/ANA\\_MARIA\\_MORALES\\_CRESPO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28052010-134630/publico/ANA_MARIA_MORALES_CRESPO.pdf).

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas, 2004: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009.

DIONÍZIO, P. M. Entre mundos: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística. **E- compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2013.

DUVEEN, G. Introdução: O poder das ideias. In. MOSCOVICI, S. **Representações sociais - investigações em psicologia social**. Ed. Vozes, 11a edição, Petrópolis, RJ, 2015. p. 7- 28.

FRANÇA, V. R. V. Representação, mediações e práticas comunicativas. In: Pereira, Miguel; Gomes, Renato Cordeiro; Figueiredo, Vera Lúcia Follain de (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Puc Rio; Ideias & Letras, 2004. p. 13-26.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. In: **Galáxia**, (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2KOLawE>. Acesso: 18 Jun. 2023.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

GOMES, W. Jornalismo e interesse público. In: Gomes, W. **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009. (p. 67-87).

GOMIS, L. **Teoría del periodismo**: como se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

HILGEMBERG, T. Do Coitadinho ao Super-herói. Representação social dos atletas paraolímpicos na mídia brasileira e portuguesa. **C-Legenda - Revista do Programa da Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 30, p. 48-58, 2014.

MAIOR, I. História, conceito e tipos de deficiência. In: **Textos de apoio**. Programa estadual de prevenção e Combate à violência contra as pessoas com deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MELLO, A. G. de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com



deficiência. 2014. 262 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182556>.

MELLO, A. G. de.; Nuremberg, A. H. Gênero e deficiência: interseções Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 384, setembro-dezembro, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais** - investigações em psicologia social. Ed. Vozes, 11a edição, Petrópolis, RJ, 2015.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-articles>. Acesso em: 20 out. 2024.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Notícia e poder da imprensa. In: Berger, Christa; Marocco, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo** vol 1, Porto Alegre: Sulina, 2008.

PIOVESAN, F. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: Ferraz, C. *et al.* (Org.) **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARMENTO, A. M. de S. **Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SILVA, M. O. E. da. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, 2009. 13.135-153. Disponível em: <http://www.scielo.org/ces.mctes.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>.

SILVA, T.; FRANÇA, V. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 20, n. 3, p.1-21, 2017.

SILVA, T. Acontecimento e problemas públicos: elementos para uma crítica da cobertura jornalística. **Rumores**, N. 23, V. 12, p. 83-105, Jan-Jun 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, Volume I, 2ª. ed. rev., 2005.

WENDLAND, K. **As representações das candidatas à vice-presidência da república na campanha eleitoral de 2018 no jornal Folha de S. Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Jornalismo, UFSC. Florianópolis, 2020.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.